

País negocia crédito de

Armando Ourique

Washington — O Governo brasileiro está negociando um empréstimo-ponte (de curtíssimo prazo) de cerca de 3 bilhões de dólares junto aos principais bancos privados, para atender o compromisso da Carta de Intenção ao FMI de saldar todos os atrasos no pagamento de juros da dívida externa até o dia 31 de dezembro, revelou ontem o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore. O Brasil espera recebê-lo em torno da última semana de novembro.

Pastore informou que o Brasil pagou esta semana cerca de 120 milhões de dólares, de um total superior a 300 milhões de dólares em juros com atrasos superiores a 60 ou 90 dias. Ele disse que, de ontem para hoje — data em que os bancos fecham os balancetes referentes a suas operações internacionais — o Brasil não poderia fazer mais pagamentos substanciais. Desta forma, tecnicamente, alguns empréstimos poderão ser considerados “não-operacionais” (**non performing**). Mas Pastore sustentou que isso não seria “um grande problema” para os bancos, já que o Brasil pagará todos os juros em atraso antes do fechamento dos balanços, a 31 de dezembro.

Desembolso do “jumbo”

O Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, disse que os bancos privados poderão, “a partir desse momento”, desembolsar cerca de 1 bilhão 700 milhões de dólares das parcelas do empréstimo de 4 bilhões 400 milhões de dólares concluído em fevereiro passado e que foram suspensas em maio devido ao não cumprimento do programa do FMI. Apesar de dizer que já existiam condições para esse desembolso, Galvêas e Pastore não fizeram qualquer previsão para quando ele deverá ser efetivado.

Uma fonte do comitê de assessoramento disse, no início da semana, que esse assunto está sendo discutido, mas que as parcelas suspensas possivelmente só serão liberadas após a aprovação do novo programa econômico pelo Conselho Diretor do FMI. Galvêas disse que, de qualquer forma, dos 1,7 bilhão que o Brasil tem a receber, automaticamente terá que pagar 1 bilhão 400 milhões de dólares para liquidar empréstimo-ponte contraídos com os bancos privados no ano passado. Dessa forma, o Brasil só receberá, em recursos líquidos, cerca de 300 milhões de dólares destas operações, afirmou.

Pastore justificou a necessidade do empréstimo de emergência devido à defasagem entre a confirmação pelos bancos do compromisso em participar do pacote de 6,5 bilhões de dólares para o Brasil e a assinatura dos contratos. Disse que após a confirmação de compromissos por telex, a parte legal de negociações sobre o contrato pode levar várias semanas. Os bancos, afirmou, precisam de seis a oito semanas para confirmar a participação, mas os primeiros desembolsos

desse novos recursos só deverão ocorrer em fins de dezembro ou durante o mês de janeiro.

O pagamento do empréstimo-ponte será efetuado automaticamente com os recursos do empréstimo de 6,5 bilhões de dólares, afirmou Pastore. O presidente do Banco Central estará reunido hoje com o comitê de assessoramento dos bancos privados, para negociar a operação. Disse que “os banqueiros já têm conhecimento” de que “o Brasil certamente precisa de algum empréstimo-ponte. Acrescentou que o montante de 3 bilhões de dólares era uma sugestão que ainda precisava ser discutida na reunião de hoje.

O Ministro Ernane Galvêas, que estará hoje em Nova Iorque, mas não participará dessa reunião, afirmou que o empréstimo-ponte ainda era “uma possibilidade”, já que está por ser “desenhado” na reunião com o comitê de assessoramento. Deixou claro, entretanto, que o assunto é de conhecimento dos banqueiros e que na Carta de Intenção está explícito que o Brasil deverá saldar todos os atrasos de juros até o final do ano.

Participação dos EUA

O número de bancos que participará do empréstimo-ponte será consideravelmente menor do que os 800 credores com que o Brasil conta no pacote de 6,5 bilhões de dólares. Esses primeiros serão as maiores instituições, as mais comprometidas com a renegociação da dívida brasileira. O empréstimo-ponte foi anunciado pela primeira vez, há cerca de três semanas, por uma fonte do Departamento do Tesouro dos EUA.

Na ocasião, a fonte americana associou a necessidade da operação à sua expectativa de que alguns bancos regionais, com sua relutância, poderão demorar a concordar com sua participação no empréstimo de 6,5 bilhões de dólares. Por esse motivo, disse, o empréstimo-ponte seria desembolsado quando uns 90% dos compromissos tiverem sido confirmados, com o objetivo de o Brasil ter liquidez para saldar os seus atrasos de juros até 31 de dezembro.

Pastore ontem, entretanto, desassociou a operação da possibilidade de demora para os pequenos bancos confirmarem suas participações. Disse que o problema era o trabalho legal para a preparação dos contratos de todos os bancos. Afirmou que o Governo está trabalhando com a suposição de que todos os bancos que tinham créditos no Brasil, em junho de 1982, participarão com os recursos solicitados pelo comitê de assessoramento.

Se alguns bancos, em fins de novembro, ainda não tiverem se comprometido com o acordo, disse, “aí vamos ver como nós fazemos”. O Subsecretário do Tesouro americano, Beryl Sprinkel, afirmou que, nessa eventualidade, os grandes bancos deveriam aceitar um percentual maior para preencher os 6,5 bilhões de dólares.

emergência de US\$ 3 bilhões